



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores representantes do Acionista,

A DME Energética S.A. - DMEE ("Companhia" ou "DMEE") submete, à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

1 Comercialização de Energia

Em 2016, a DMEE forneceu 468.028 MWh, sendo 226.327 MWh negociados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), 198.642,00 MWh no Ambiente de Contratação Livre (ACL), 43.059 MWh entregues no regime de cotas, disciplinado pela Lei nº 12.783/2013.

A energia neste período de 2016 foi proveniente dos seguintes empreendimentos: 35.136 MWh da PCH Padre Carlos (ACL), 175.680 MWh da UHE Salto Pilão (ACR), 203.670 MWh da UHE Barra Grande (ACL) e 43.059 MWh da UHE Antas I e 10.483 MWh de Terceiros.

Em 2016, foram realizados com sucesso pela DMEE nove leilões de venda, um leilão de compra e dois leilões de compra e venda simultânea de energia elétrica. A receita proveniente da venda de energia, excluída a liquidação no Mercado de Curto Prazo, foi de R\$ 86.415 mil, com um preço médio de R\$ 184,64/MWh.

No ano de 2016, a DMEE passou a executar serviços de representação de clientes livres perante à CCEE. Este serviço compreende desde o assessoramento no processo de migração do cliente e contratação de energia até a realização das atividades mensais necessárias junto a CCEE. Além da representação a DMEE também prestou o serviço de intermediação para aquisição de energia por estes clientes, sendo remunerada pela energia negociada.

Em 2016, a DMEE também passou a realizar a aquisição de energia de terceiros para revenda. Para isso adotou a sistemática de realização de leilões de compra e venda de energia simultâneos, através do qual eram eliminados os riscos de perdas na operação.

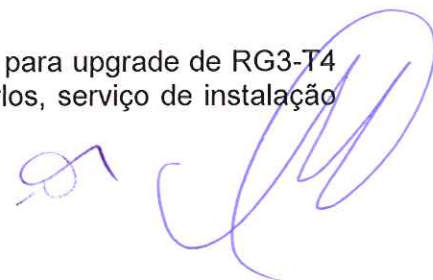
Esta sistemática foi utilizada em cinco leilões, sendo que em dois deles houve sucesso no casamento entre a oferta e a demanda de energia. O resultado deste processo foi a negociação de 5 MW com um ganho de 7,08% da venda em relação a compra.

2 Empreendimentos

2.1 PCH Padre Carlos

No que se refere à Manutenção da PCH, destacam as seguintes atividades realizadas em 2016:

- Aquisição de dois reguladores de tensão Digureg/Siemens para upgrade de RG3-T4 existente nas unidades geradora 1 e 3 da PCH Padre Carlos, serviço de instalação





dos Digireg's no painel do Sistema de Excitação RG3-T4 existente e recomissionamento do sistema de excitação; e

- **Remoção mecânica de macrófitas (aguapés) do reservatório da PCH Padre Carlos, sendo retirado o volume de 4.262 m³ de plantas, que foram lançadas em uma área de terras contígua ao reservatório, para sofrerem o processo de desidratação.**

2.2 UHE Eng^o Pedro Affonso Junqueira (Antas I)

Em relação à Manutenção da citada UHE, destacam as seguintes atividades realizadas em 2016:

- Foram concluídos os serviços de reforma do canal de fuga e casa de força das máquinas de 1 a 4 da UHE Antas I;
- Foram realizados serviços de recuperação do entorno da UHE Antas I, incluindo a instalação de portão de acesso, fossa séptica no canal de adução e sistema de água potável, bem como recuperação do ponto turístico, mediante a implantação de guarda corpo na trilha de acesso para as ruínas da antiga usina;
- **Elaborados, internamente, o Plano de Controle Ambiental/Relatório de Controle Ambiental da UHE Antas I, a ser protocolado na SUPRAM Sul de Minas, com a finalidade de obter a renovação da licença ambiental de operação da usina.**

2.3 Centrais Geradores Hidrelétricas no Rio Pardo

Em 2016, foi realizado levantamento de campo, elaboração de mapas e negociações junto a proprietários de terras situadas na área de influência potenciais hidrelétricos localizados no Rio Pardo. Para subsidiar as negociações, foram contratados Serviços de elaboração de Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica (PTAM), conforme Resolução – COFECI nº 1.066/2007.

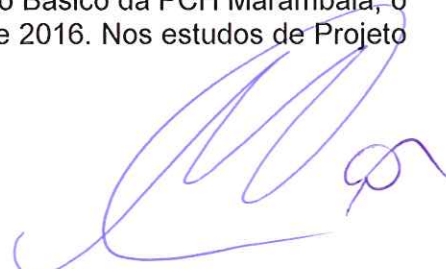
2.4. PCH Boa Vista

Em 26/02/2016, a DMEE obteve, junto à ANEEL, o registro de intenção à outorga de autorização (DRI-PCH) referente à PCH Boa Vista, situada no rio Pardo, nos municípios de Poços de Caldas e Botelhos, com potência instalada de 14.530 kW, nos termos do Despacho 497. Em abril de 2016, foi iniciado o Projeto Básico da PCH Boa Vista, o qual foi concluído e protocolado na ANEEL em dezembro de 2016. Nos estudos de Projeto Básico, chegou-se a uma potência instalada de 16.000 kW.

2.5. PCH Marambaia

Em 2016, através do Despacho nº 871 de 08/04/2016, a ANEEL conferiu à DMEE o registro de intenção à outorga de autorização (DRI-PCH) referente à PCH Marambaia, situada no rio Pardo, nos Municípios de Poços de Caldas e Bandeira do Sul, com 7.610 kW de potência instalada. Em abril de 2016, foi iniciado o Projeto Básico da PCH Marambaia, o qual foi concluído e protocolado na ANEEL em novembro de 2016. Nos estudos de Projeto Básico, chegou-se a uma potência instalada de 8.500 kW.

2.6 Aproveitamento Solar em Poços de Caldas





Em 2016, foi realizado o Projeto de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental de uma Usina Solar Fotovoltaica, a ser implantada em Poços de Caldas, com capacidade inicial de 1 MW.

2.7 Aproveitamento Eólico Claro dos Poções

Foi realizado diagnóstico de situação das estruturas e equipamentos das duas torres anemométricas, instalados no município de Claro dos Poções, para posterior deliberação quanto sua destinação, em decorrência da inviabilidade econômico-financeira daquele empreendimento. Posteriormente, foram contratados os serviços de desmontagem, carga e transporte destas torres, até o município de Poços de Caldas.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O faturamento total apresentou uma redução de 6,11% em relação ao ano de 2015, em decorrência da redução no preço da energia praticado nos novos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente de Contração Livre. Tal redução foi amenizada pelos reajustes nos preços de energia nos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado, assim como pelo aumento na Receita Anual de Geração – RAG, proveniente da UHE Engº Pedro Affonso Junqueira.

A melhora no índice do Fator de Ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia (Generation Scaling Factor – GSF), bem como a repactuação do risco hidrológico referente à parcela de energia comercializada no ACR da UHE Salto Pilão e da Energética Barra Grande S.A. - BAESA minimizaram os efeitos financeiros do GSF em 2016, o que promoveu uma redução nos custos para aquisição de energia, fazendo com que o valor dispendido com compra de energia reduzisse em 70,58%. Contribui de forma contundente para este fato, a redução no preço de compra de energia proveniente da BAESA, o qual sofreu uma redução de 81,77%.

As Despesas Gerais e Administrativas apresentaram crescimento em decorrência, principalmente, da cessão de funcionários da DME Distribuição S.A. – DMED para a Companhia, bem como em função de correções salariais e de benefícios por índice de inflação, conforme acordo coletivo de trabalho.

A melhora no índice de GSF, bem como a repactuação do risco hidrológico referente à parcela de energia comercializada no ACR da Energética Barra Grande S.A. – BAESA e da Serra do Facão Energia S.A., contribuíram significativamente para a melhora do resultado de equivalência patrimonial, a qual foi impactada negativamente pela contabilização da Utilização do Bem Público (UBP) pela Serra do Facão Energia S.A., que passou a reconhecer o Ativo Intangível referente ao direito de exploração e ao Passivo correspondente a obrigação assumida perante o poder concedente, em atendimento as práticas contábeis vigentes e ao novo manual de contabilidade do setor elétrico.

O crescimento de 21,38% na receita financeira é decorrente do aumento do saldo médio aplicado, assim como o aumento da taxa básica de juros, a qual vigorou na maior parte do ano de 2016 em 14,15%. A oscilação na despesa financeira foi ocasionada pela atualização da Utilização do Bem Público (UBP) da UHE Salto Pilão, o qual conforme contrato de concessão deverá ser atualizado pela composição do IGP-M e IPCA, e pela contabilização do Juros Sobre Capital Próprio – JCP. Apesar do aumento de 59,84% no



pagamento do JCP, houve uma redução de 4,50% nas despesas financeiras decorrentes de uma redução de 24,56% na atualização da UBP.

Em decorrência dos fatores supra citados, a DMEE atingiu um lucro líquido de R\$ 37.248 mil no exercício de 2016.

4. OUTRAS ATIVIDADES

4.1. Adequação ao Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico

Em 2016, foi contratada a prestação de serviços especializados de assessoria para a adequação dos registros patrimoniais, em observância ao Novo Manual de Controle Patrimonial, estabelecido pela Resolução Normativa ANEEL nº 674/2014.

5. AGRADECIMENTOS

Consignamos nossos agradecimentos aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal pelo zelo e atenção que têm dedicado às questões inerentes à DMEE.

Da mesma forma, expressamos nossos agradecimentos aos fornecedores, prestadores de serviços, clientes e, em especial, aos funcionários das empresas DME, DMED e DMEE pelo comprometimento com os ideais e princípios defendidos pela Companhia e pelo empenho na concretização de todas as conquistas e feitos até aqui realizados.

Poços de Caldas, 07 de abril de 2017.



Marcelo Dias Loichate

Diretor Superintendente



Miguel Gustavo Junqueira Franco

Diretor Comercial Financeiro